

## SOCIOLOGIA DA LINGUAGEM/SOCIOLINGÜÍSTICA E ENSINO DO PORTUGUÊS

Denilda Moura

Os estudos lingüísticos têm evoluído significativamente nos últimos anos, no entanto muito pouco têm contribuído para a melhoria do ensino de Língua Portuguesa, sobretudo no que se refere ao primeiro grau menor (quatro primeiras séries do 1º grau).

A nível teórico, os estudos das tendências lingüísticas ou os estudos sobre a língua têm se restringido ao âmbito da Universidade, sem que os Professores de Língua Portuguesa, sobretudo do primeiro grau menor, tenham tido acesso a esses estudos, por várias razões, destacando-se entre estas:

1. O fato de não terem tido oportunidade de ingressar na Universidade;
2. a terminologia utilizada e estudos sobre a língua ter sido inacessível àqueles que carecem de uma maior fundamentação teórica para a compreensão da mesma.

A questão da metalinguagem caracteriza-se como uma necessidade premente para que o Docente do primeiro grau menor, inclusive o Alfabetizador, possa ter acesso às contribuições da Lingüística ao ensino do Português.

Vale frisar que acreditamos ser necessário e mesmo imprescindível, que seja dada uma maior dimensão ao ensino da língua. É preciso considerarmos que esse ensino não pode se limitar à adoção de noções gramaticais, tais como encontramos nos livros didáticos, mesmo naqueles das primeiras séries do 1º grau.

No entanto, verificamos, por outro lado, que o Professor do primeiro grau menor, por razões já apontadas, carecem de um suporte teórico indispensável ao desenvolvimento de um trabalho consciente e produtivo sobre o uso da língua por crianças desse grau de ensino.

Podemos mesmo constatar que, na relação Orientador/Aprendiz, noções outras que as simples noções gramaticais são indispensáveis. Destacamos, em especial, noções de Lingüística, de Sociologia da Linguagem ou Sociolingüística, de Psicologia Cognitiva, de Análise do Discurso, entre outras.

Nessa perspectiva, tentaremos levantar alguns elementos que consideramos de fundamental importância para a compreensão do uso ou usos da língua, e recorreremos, num primeiro momento, à Sociologia da Linguagem ou à Sociolingüística.

Marcel Cohen (1978), estabelecendo uma correlação entre Fatos Lingüísticos e Fatos Sociais, afirma que “a linguagem falada é um instrumento de comunicação dos homens em sociedade”. Para o sociólogo francês, “o homem só existe em sociedade, e a sociedade só existe se existir comunicação entre seus membros” cf. p.28.

Observando as relações gerais da linguagem e dos grupos sociais, Cohen estabelece uma determinação entre linguagem e divisão social. Para ele, todo homem adquire sua linguagem ou suas linguagens em um grupo social determinado, por ele designado de maneira mais geral como agrupamento ou grupo. Caracterizando mais especificamente essa determinação, ele afirma que “a linguagem com seu funcionamento geral, fundamentalmente único, é indefinidamente variado, segundo as divisões sociais: cada grupo social tem sua individualidade lingüística. Os graus de diferenciação são extremamente variáveis, seus efeitos vão do simples fato de um ou mais traços particulares até a não-compreensão”, cf. p. 59.

Nesse caso, poderíamos falar de língua nacional? De língua padrão ou variáveis da língua padrão?

Essas diferenças vão se tornar mais nítidas quando a noção de Instituição é associada à de Linguagem. Segundo Cohen, “se se nomeia instituição todo fato social importante ou mesmo indispensável ao funcionamento de grupos pequenos e grandes, diz-se que a linguagem é uma instituição, apesar de seu caráter natural e não concordante, a ausência de consciência que acompanha sua evolução e o ritmo dessa evolução, independente das mudanças rápidas ou mesmo súbitas que se produzem no grupo...” Mas, “se se reserva o nome de instituição a disposições políticas, administrativas e jurídicas, apoiadas na autoridade e nas sanções, afetando cada uma apenas uma parte da atividade dos membros do grupo, a linguagem em seu conjunto não é uma instituição”, cf. p. 63.

E, ainda nessa direção, ele destaca que “a língua é considerada como uma instituição social por aqueles que dão a esse termo aproximadamente o mesmo sentido que o de fato social, ultrapassando a vontade individual”, cf. p. 64.

Um outro aspecto importante a considerar, refere-se às divisões sociais que determinam as variedades de língua. Para Cohen, os habitantes das cidades se dividem em grupos mais ou menos homogêneos e mais ou menos nitidamente separados. As condições de coesão ou de separação podem ser de diversas ordens: diferenças de origem, de profissão, de nível de vida, de religião; freqüentemente, alguns desses fatores se encontram reunidos. E quaisquer que sejam as causas de sua constituição, os bairros ou subúrbios apresentam freqüentemente contrastes lingüísticos. Estes podem ser diferenças de línguas, diferenças de falares, diferenças de uso de um mesmo falar”, cf. p. 131.

Com base nessa posição, pode-se verificar que a noção de níveis de língua fornece uma contribuição de fundamental importância para o Professor de Português. “Esse termo comporta relações diferentes segundo possa se observar uma sociedade com classes ou sem classes, com classes antagônicas ou não, com hierarquias mais ou menos estritas de toda espécie. Os fatos lingüísticos, muito variados, podem

ajudar a conhecer e avaliar detalhes de estrutura social, mas devem ser interpretados com as precauções necessárias, levando-se em consideração, em particular, as diferentes estruturas das línguas", cf. p. 135.

Sobre esse aspecto, vale ressaltar um dos graves problemas que atinge o Professor de Língua nas primeiras séries do primeiro grau - o desconhecimento dos diferentes usos da língua, níveis de língua ou da gramática da língua utilizada por crianças das escolas públicas.

Pierre Encrevé (1977) afirma que "nas sociedades modernas, o poder político impõe uma língua nacional homogênea: essa língua nacional obrigatória determina uma gramaticalidade legítima difundida e imposta pela instituição escolar. A competência de cada sujeito nessa língua é sancionada direta e indiretamente na escola (...) e no trabalho. Relativamente a essa gramaticalidade legítima, toda produção lingüística resultante de uma outra gramaticalidade é considerada agramatical, inaceitável", cf. p. 9.

Decorrente desse fato, é possível uma maior compreensão do fenômeno que se observa na escola - a não aceitação das variáveis da língua ou da gramática da língua do aprendiz em nome de uma língua nacional "homogênea e uniforme" imposta pela escola.

Lemle (1988), em "O conhecimento lingüístico do aluno", apresenta teorias possíveis a respeito de gramática e uso da língua. Uma primeira teoria está implícita no ensino de língua tradicionalmente praticada na escola. Segundo essa teoria, "a Norma Culta deve servir de base a todos os usos lingüísticos". Uma teoria é "aquela propugnada pela sociolingüística e pelas teorias funcionalistas em geral. Ela diz que há uma correlação entre tipo de gramática e tipo de uso da língua, sendo que o tipo de uso determina a seleção da gramática apropriada. Segundo essa teoria, há uma "tolerância maior para com as línguas diferentes da Norma Culta, uma vez que ela admite que outras línguas sejam adequadas para determinados usos, não se propugnando a erradicação delas", cf. p. 12.

Considerando-se essa possibilidade, reaparece o problema levantado anteriormente - o desconhecimento, por parte do professor, das variáveis da língua ou da gramática da língua utilizada por crianças nas escolas públicas e a conseqüente postura pedagógica do Professor em não aceitar a língua da criança e a partir dela possibilitar-lhe o conhecimento da Norma Culta.

Nesse sentido, os lingüistas ou sociolingüistas brasileiros têm uma grande tarefa a realizar - pesquisas sociolingüísticas da fala de crianças em idade escolar que permitiriam fornecer elementos essenciais para uma prática pedagógica mais eficiente.

A pesquisa empírica de variáveis lingüísticas com parâmetros sociais realizada por Labov, em 1964 e publicada em 1966 - Estratificação Social do Inglês na cidade de Nova York, citada por Marcuschi (1975), p. 14, ou o trabalho de Bernstein, na República Federal Alemã, que "se concentra muito mais na análise dos papéis sociais e suas relações com a linguagem e a organização dos currículos escolares para o ensino da língua em função da condição social, visando a emancipação do indivíduo", cf. p. 19, esses trabalhos apesar de refletirem realidades distintas, com objetivos diversos, per-

mitem reforçar o desafio aos lingüistas ou sociolingüistas brasileiros - a pesquisa sociolingüística ou a pesquisa interdisciplinar, compreendendo a sociologia da linguagem, a sociolingüística, a análise do discurso, a psicologia cognitiva, que poderá fornecer os insumos necessários para um (re)pensar a educação, e mais precisamente o ensino de língua, a partir das primeiras séries do primeiro grau.

E num segundo momento, reaparece o outro grande desafio - o acesso desse suporte teórico ao professor das primeiras séries do primeiro grau.

Considerando esses grandes desafios e o estágio em que se encontra a pesquisa interdisciplinar no Brasil, cumpre-nos apresentar o nosso Projeto de Trabalho, já iniciado, e que deverá se prolongar por mais alguns anos:

1. Levantamento de pesquisas sociolingüísticas existentes no Brasil, compreendendo a sociolingüística como "ciência do objeto social língua e colocada pela própria natureza de seu objeto entre dois pólos, o pólo 'língua' e o pólo 'sociedade', cf. Encrevé (1977, p. 12);
2. Uma pesquisa de campo sobre a falta de crianças em idade escolar, tendo como objetivo o conhecimento da língua e da gramática da língua dessas crianças. Pesquisa essa concebida numa perspectiva interdisciplinar;
3. Tornar acessíveis esses suportes teóricos ao professor das primeiras séries do primeiro grau.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COHEN, Marcel. **Matériaux pour une sociologie du langage.** François Maspéro, Paris, Volumes I e ii, 1978.
2. ENCREVE, Pierre. "Linguistique et Sociolinguistique", in **Langue Française**, Paris, n° 34, 1977.
3. LABOV, William. **Sociolinguistique.** Les Editions de Minuit, Paris, 1976.  
(tradução Francesa da edição original Sociolinguistic Patterns, 1972, University of Pennsylvania Press).
4. MARCUSCHI, Luiz. **Linguagem e Classes Sociais.** Editora Movimento, coedições URGs, Porto Alegre, 1975.